**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E**

**SILVA, NA 9ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 22 DE MARÇO DE 2022.**

**JULGAMENTO EM PAUTA: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.**

**PROCESSO Nº 003635/2022 –** Solicitação de Redução de Carga Horária de Trabalho, tendo como

interessada a servidora Isabella Limongi Tayah, mãe nutriz.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 100/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora Isabella Limongi Tayah, Assessora de Conselheiro desta

Corte de Contas, matrícula nº 0024767A, ora lotada no Gabinete do Conselheiro Josué

Neto - GCJOSUECLAUDIO, mãe lactante de criança com idade inferior a 24 (vinte e quatro) meses, quanto

ao ingresso no Programa Mãe Nutriz e consequente redução da jornada de trabalho, conforme Portaria nº

6

38/2019-GPDRH; **9.2. DETERMINAR à** DRH a adoção das providências para o apostilamento deste

requerimento e seu deferimento nos assentamentos funcionais da servidora, nos termos da legislação vigente.

Após, arquive-se.

**PROCESSO Nº 008029/2021 –** Solicitação de Concessão de Licença Especial e registro em seus

assentamentos funcionais para contagem de tempo de serviço, tendo como interessado o servidor Jairo Mota

Aragão.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 101/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. Deferir Parcialmente** o pedido do servidor **Jairo Mota Aragão**, matrícula nº 0016462A,

Assistente de Controle Externo A, lotado no Gabinete do Auditor Mário José de Moraes Costa Filho, para:

**9**

**.1.1.** Proceder à averbação **dos períodos de 24/11/2005 a 10/07/2006 e 24/07/2006 a 17/04/2011**, já

retirado a concomitância de 01 (um) dia, em virtude do ingresso do servidor neste Tribunal em 18/04/2011,

ficando **o tempo a ser averbado correspondente a 1.945 (mil, novecentos e quarenta e cinco) dias, ou**

**seja 05 (cinco) anos, 04 (quatro) meses e 0 (zero) dias. 9.1.2.** Negar a concessão de Licença Especial do

tempo ora objeto de averbação, em razão da a quebra de vínculo ocorrida entre um órgão e outro. **9.2.**

**DETERMINAR** à *DRH* que comunique ao interessado quanto ao teor desta Decisão, bem como adote as

demais providências cabíveis ao caso; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o

cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 001800/2022 –** Solicitação de Concessão de Abono de Permanência, tendo como

interessado o servidor Eduardo Souza de Lacerda.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 102/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Eduardo Souza de Lacerda**, Auditor Técnico de Controle



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

Externo - Auditoria Governamental "C" desta Corte de Contas, matrícula nº 000.498-7A, ora lotado no

Departamento de Registro e Execução das Decisões - DERED, para **conceder o Abono de Permanência,** tal

como estabelecido no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que:

**a)** Providencie o registro da concessão do Abono de Permanência nos assentamentos funcionais do servidor,

dentro dos parâmetros legais; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pelo DIORF e, em

seguida, mediante disponibilidade financeira e orçamentária, encaminhe o feito à referida Diretoria para que

proceda ao pagamento dos valores retroativos à data da implementação dos requisitos para o Abono de

Permanência, qual seja, **01/03/2022**, bem como a devolução dos valores descontados para Previdência

Estadual a contar da referida data de implementação. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais,

após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 003380/2022 –** Solicitação de Concessão de Licença para Tratamento de Saúde, tendo como

interessado o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Julio Bernardo Cabral.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 103/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Antonio Julio**

**Bernardo Cabral**, referente à concessão de Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, a partir

de 03/03/2022; **9.2. DETERMINAR** à Diretoria de Recursos Humanos que providencie o registro da referida

licença médica pleiteada, com base no artigo 3º, incisos V e VI, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 12, VI,

da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM; **9.3. ARQUIVAR** os presentes autos, após o cumprimento dos

procedimentos acima citados, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 010051/2021 –** Solicitação de Pagamento de diferença de remuneração retroativa, bem como

a diferença relativa às verbas rescisórias, tendo como interessada a Sra. Roseane Orlando Sampaio.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 104/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela **Sra. Roseane Orlando Sampaio**, Assessora da Primeira

Câmara, matrícula nº 001.515-6A, para **reconhecer** o direito ao pagamento da diferença de remuneração

retroativa, bem como a diferença relativa às verbas rescisórias**, perfazendo o valor de R$ 29.782,66** (vinte e

nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos); **9.2. DETERMINAR** à DRH que tome

as providências cabíveis para efetuar o pagamento devido à servidora, conforme os cálculos realizados e

anexados aos autos, dando atenção às formalidades de praxe; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos

regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 003424/2022 –** Solicitação de Disposição de Servidor, tendo como interessado o Sr. Helso

do Carmo Ribeiro Filho.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de **disposição** do servidor, Sr. **Helso do Carmo Ribeiro Filho**, matrícula

n.º 000.355-7A, ocupante do cargo de Auditor Técnico de Controle Externo, à Procuradoria Geral do Estado,

com o ônus remuneratório e recolhimento da contribuição previdenciária a cargo do órgão de origem, a contar



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

de 12 de janeiro de 2022; **9.2. DETERMINAR** ao servidor, Sr. **Helso do Carmo Ribeiro Filho** que encaminhe

a esta Corte de Contas cópia do Ato de sua nomeação para o cargo comissionado, Termo de Opção do

Vencimento e demais documentos previstos no § 2º do art. 5º da Resolução nº 20/99 -TCE/AM, alterado pelo

art. 3º da Resolução nº 08/2008-TCE/AM; **9.3. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos - DRH** que

realize, junto ao órgão requerente, o controle mensal de frequência do servidor, observando, com rigor, o

disposto no art. 5º, § 1º, *in fine*, §§ 2º e 3º, alterados pelo art. 3º da Resolução nº 08/2008, e no art. 6º,

Parágrafo Único, da Resolução TCE n.º 20/99, alterado pelo art. 4º da Resolução nº 08/2008; **9.4.**

**DETERMINAR** à **Secretaria do Tribunal Pleno** que oficie o interessado, dando-lhe ciência do *decisum*, com

cópia do Relatório/Voto e do Acórdão, para que possa cumprir o supracitado item 2; **9.5. ARQUIVAR** o

processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 002831/2022 –** Solicitação de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com

proventos integrais, tendo como interessada a servidora Maria Horacy Araújo Castelo Branco.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 105/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de **Aposentadoria** Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos

integrais, da servidora **Maria Horacy Araújo Castelo Branco**, Auxiliar Técnico B, matrícula 000758-7A, nos

termos do art. 3º da EC nº 47/2005, conforme tabela abaixo indicada:

**CARGO: AUXILIAR TÉCNICO – B**

**VALOR (R$)**

R$ 6.122,40

R$ 3.673,44

R$ 306,12

**VENCIMENTO –** Lei nº 5.579/2021 de 17/08/2021.

**GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL (60%)** Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso IX.

**ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (5%) –** Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso III da Lei nº 2.531/99, Artigo 4°.

**TOTAL**

**R$ 10.101,96**

**1**

**3º SALÁRIO,** DUAS parcelas do provento - opção feita pela servidora, com fulcro na Lei nº 3.254/2008 que alterou o § 1º e

**R$ 10.101,96**

incluiu § 3º do Artigo 4º da Lei nº 1.897/1989.

**9**

**.2. DETERMINAR** o envio do processo à Divisão de Instrução e Informações Funcionais - DIINF para registro

da aposentadoria e demais atos necessários; **9.3. DETERMINAR** o envio do Processo à Divisão do Arquivo,

nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum.*

**PROCESSO Nº 003839/2022 – Termo de Convênio de Cessão de Servidor, a ser celebrado entre o**

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM e a Secretaria Municipal de Educação – SEMED,**

**tendo como interessado o Sr. Edy Raimundo Correia Lima de Matos**.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 99/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e **Consultec**, no sentido de:

**9**

**.1. AUTORIZAR** a formalização do **Termo de Convênio de Cessão do servidor Edy Raimundo Correia**

**Lima de Matos,** matrícula n°104.374-9A, pertencente ao quadro de pessoal da SEMED, **a ser celebrado**

**entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM e a Secretaria Municipal de Educação –**

**SEMED,** a ﬁm de que o mesmo venha exercer a sua função no TCE/AM, pelo período de 12 (doze) meses, a

contar de 01/01/2022, com ônus para o órgão de origem (art. 62, §1º, inciso II da Lei Municipal n.º 1.126/2007),

nos termos do plano de trabalho e da minuta apresentada pela CONSULTEC [(0246948);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=285317&id_procedimento_atual=283120&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=660dae76d945f4b7a74a0c7a87a249da6d966bf484eaa786fa5ecaac2065b64b) **9.2. DETERMINAR** a

devolução do processo ao Gabinete da Presidência, objetivando a assinatura do ajuste pelas partes e



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

remessa de Ofício; **9.3. DETERMINAR** à **SEGER** que elabore o extrato do Convênio, devidamente assinado

pelas partes, e, ato contínuo, **REMETA** os autos à **DICOM** para que proceda com a publicação do referido

extrato, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993

e adote as medidas pertinentes, junto aos setores competentes, para finalização de todos os procedimentos

de cessão do servidor **Edy Raimundo Correia Lima de Matos.**

**CORREGEDOR-GERAL E RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR.**

**PROCESSO Nº 000020/2021 –** Solicitação de Re**ss**arcimento de despesa com servidor, referente ao Sr.

Raimundo Fabio Moreira da Silva.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 108/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de: **9.1. Indeferir** os pedidos de ressarcimento

formulados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, eis que o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas,

na condição de órgão cessionário, efetivou o pagamento mensal da remuneração do cargo comissionado do

servidor Raimundo Fábio Moreira da Silva, nos termos Portaria por Delegação nº 22.336/2020, da

Subsecretaria de Assuntos Legislativos da Casa Civil do Município de Manaus e da manifesta e indiscutível

opção do servidor; **9.2. Encaminhar** cópia integral dos presentes autos à SEMINF, órgão ao qual pertence o

Sr. Raimundo Fábio Moreira da Silva, para conhecimento; **9.3.** Por fim, **arquivar** os presentes autos bem

como dos Processos a ele anexados (000061/2021-SEI, 000681/2021-SEI, 001914/2021-SEI, 003769/2021-

SEI), nos termos do art. 51, § 3º, da Lei nº 2423/1996.

**PROCESSO Nº 1963/2017-S -** Estágio Probatório, tendo como interessado o Sr. Elson Lima Muniz.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 107/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **8.1. Aprovar** o servidor **Elson Lima Muniz,** ocupante do cargo de Auditor Técnico de Controle

Externo – Ministério Público e ora lotado no Gabinete do Procurador Evanildo Santana Bragança, com parecer

favorável da Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD no estágio probatório objeto do presente feito e,

consequentemente estável no Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal de Contas, nos termos do art.

1

5 da Resolução nº 17/2009/TCE-AM; **8.2. Determinar** que sejam consignados nos assentamentos funcionais

do servidor Elson Lima Muniz, o resultado de sua avaliação final de desempenho, bem como a decisão

proferida por este colegiado; **8.3. Dar ciência ao interessado, Elson Lima Muniz, acerca desta decisão.**

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em

Manaus, 22 de março de 2022.

